MINIDISCURSIVAS - LISTA 3 – FEB E ECONOMIA BRASILEIRA

9 Quais foram as principais mudanças introduzidas no sistema cambial brasileiro em 1953 e por quê? **[Até 15 linhas. 12 pontos.]**

Em 1952, as exportações caíram acentuadamente, o que agravou o déficit no balanço de pagamentos. Tais acontecimentos reforçaram a crença prevalecente de que se deveria diminuir a dependência nas importações.

Em janeiro de 1953, foi estabelecido um mercado de câmbio livre para cobrir as operações financeiras e o turismo. Em outubro de 1953, foi instituído o sistema de taxas cambiais múltiplas com bônus e impostos. A taxa cambial oficial foi mantida fixa, como base. Do lado da exportação, diferentes taxas foram estabelecidas; para o café, a taxa cambial era a oficial, ou seja Cr$ 23,36 por dólar, incluindo um bônus de Cr$ 5,00; para os outros produtos, a taxa cambial era de Cr$ 28,36 por dólar, com Cr$ 10,00 de bônus. Os bônus mudavam de tempos em tempos de acordo com a política administrativa. A taxa de câmbio média de exportação elevou-se paralelamente ao nível de preços internos, porém com defasagens.

Do lado da importação foram eliminadas e substituídas por vendas em leilão de licenças de câmbio. O órgão monetário (SUMOC) dividia as divisas estrangeiras em cinco categorias. Cada leilão correspondia a uma categoria específica e era sujeito a um prêmio mínimo. Algumas importações, no entanto, não estavam sujeitas ao sistema de leilão. Entre as mesmas contavam-se os itens importados pelos órgãos governamentais, trigo, papel para a imprensa e derivados de petróleo. A taxa de câmbio era a oficial mais eventuais sobretaxas fixadas pelo governo.

O sistema permaneceu em vigor até 1959, sendo que durante sua vigência o quantum e o valor das exportações não se modificaram substancialmente

Correções e comentários (professora): ______________________________

______________________________ Nota: ________/12

10 Como funcionava o financiamento inflacionário do Plano de Metas? Responda destacando o papel do Banco do Brasil neste processo. **[15 linhas, 12 pontos]** 1955 - JK

O Plano de Metas, plano de desenvolvimento da economia brasileira implementado por Juscelino Kubitschek, foi fundamental para a mudança estrutural produtiva do Brasil no final dos anos 50, aumentando a participação relativa da indústria na economia e encadeando o desenvolvimento industrial para setores mais complexos e intensivos da economia. A reforma cambial e tarifária de 1957 simplificou para duas categorias importação, a geral e a especial. Os bens de capital incluídos na categoria geral foram os essenciais sem similar nacional e os incluídos na categoria especial eram os que já apresentavam oferta doméstica suficiente. Observa-se um subsídio para a importação de bens de capital sem prejudicar a oferta interna. A reforma tarifária tinha como objetivo induzir as tarifas ad valorem para prover a proteção sem a perda por causa da inflação como o que ocorre quando a tarifa é específica. Na formulação, o governo manifestou preocupação para realizar a mobilização de recursos de maneira não-inflacionária por meio de levantamentos internos. A fim de mobilizar recursos adicionais ia requerer o aumento da poupança privada e a canalização dos recursos disponíveis para setores considerados prioritários, assim como o levantamento de novos recursos tributários.

O Banco do Brasil disponibilizava uma linha de crédito com recursos alocados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O BNDES dispunha de Cr$ 44,2 milhões, dos quais 80% dos recursos eram destinados ao Plano. A participação do banco no Plano de Metas, no entanto, foi maior do que a prevista, uma vez que, ao longo da sua execução o governo expandiu a base de recursos do Banco. O sucesso do Plano de Metas estava atrelado à convicção de que o BNDES seria capaz de dar suporte financeiro para o cumprimento das metas, mas tinha de repassar os recursos de recolhimento do adicional ao imposto de renda ao Banco e buscar uma solução face a expectativa da extinção do Fundo de Reaparelhamento Econômico em 1956. Ocorre, pois, que o governo foi instado a Lei nº 2973, que prorrogou o adicional do imposto de renda por mais 10 anos, ao invés dos 20 anos da proposta inicial.

Correções e comentários (professora): ______________________________

______________________________ Nota: ________/12